



CÂMARA
MUNICIPAL
NISA

2019

Prestação de Contas

Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados



NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Introdução

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2019 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e conforme o ponto 2.4. compreendem três partes distintas:

8.1 – Caraterização da entidade

| CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE | | | |
|--|---|--|---------------------|
| <small>(De harmonia com o ponto 8.1. do POCAL e ponto III da Resolução n.º 4/2001 - 2ª secção do Tribunal de Contas - D.R.II série, n.º191, de 18 de Agosto de 2001 e respetivas alterações)</small> | | | |
| a) | MUNICÍPIO DE NISA | | |
| 1 | NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 506612287 | | |
| | ENDEREÇO POSTAL: Praça do Município | | |
| 2 | TELEFONE - TELEX / TELEFAX: Telef. 245410000; Fax: 245412799 | | |
| 3 | REGIME FINANCEIRO E OUTROS ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO: Regime Geral | | |
| 4 | NÚMERO DE ELEITORES | | 6 073 |
| | FONTE:Diário da República n.º 43 de 01/03/2018 II Série | | |
| 5 | LEGISLAÇÃO (CONSTITUIÇÃO, ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO, QUANDO APLICÁVEL): | | |
| 6 | ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA (ORGANOGRAMA E, QUANDO APLICÁVEL, A INDICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE NATUREZA CONSULTIVA E DE FISCALIZAÇÃO): | | |
| | | Data de aprovação | Data de publicação |
| | Estrutura Orgânica | 07/12/2012 | 10/01/2013 |
| | Mapa de Pessoal | | |
| | Reestruturação de serviços | 07/12/2012 | 10/01/2013 |
| | | | Diário da República |
| | | | nº 07 - II série |
| | | | nº 07 - II série |
| 7 | DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES: No âmbito da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro | | |
| 8 | RECURSOS HUMANOS - IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO E, QUANDO APLICÁVEL, DOS RESPONSÁVEIS PELA DIRECÇÃO DA ENTIDADE: | | |
| | Mandato 23-10-2017 a 12-06-2018 | Mandato 13-06-2018 a 2021 | |
| | Presidente: Maria Idalina Alves Trindade | Presidente: Maria Idalina Alves Trindade | |
| | Vereadores: | Vereadores: | |
| | António José Parreira Dinis | José Leandro Lopes Semedo | |
| | Maria da Conceição Pestana Serra | Maria de Lurdes Sabino Leandro Vilela Mendes | |
| | Vitor Manuel Tavares Martins | Vitor Manuel Tavares Martins | |
| | Maria de Fátima Semedo Dias | Maria de Fátima Semedo Dias | |
| | RESUMO (Nº DE MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO): | | |
| | Em Regime de Permanência | | 3 |
| | A meio tempo | | 0 |
| | Outros | | 2 |
| | OBSERVAÇÕES: | | |
| | a)- Identificação da entidade. | | |
| | b)- Ano a que reporta a gerência em apreciação. | | |



9 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA: BREVE DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMÁTICO UTILIZADO/EXISTENTE; DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES, QUANDO EXISTIREM; EXISTÊNCIA OU NÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E, EM CASO AFIRMATIVO, BREVE DESCRIÇÃO DO SISTEMA UTILIZADO E DO MODO DE ARTICULAÇÃO COM A CONTABILIDADE CENTRAL:

A contabilidade do Município de Nisa está organizada segundo os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro), utilizando-se software adquirido a empresa AIRC em toda a área financeira (Armazém, Património, Tesouraria, Receita e Contabilidade). Não houve demonstrações financeiras intervalares nem há descentralização contabilística.

10 INDICADORES DE GESTÃO:

| | |
|--|----------------|
| Fundo de Equilíbrio Financeiro (c) | 5.972.910,00 € |
| Fundo Social Municipal (c) | 119.077,00 € |
| Participação Fixa no IRS (c) | 92.452,00 € |
| Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação | 9.468.900,00 € |
| Despesas de investimentos no ano anterior ao da gerência em apreciação | 2.988.215,12 € |
| Despesas com Pessoal do Quadro (c) | 2.935.678,66 € |
| Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação (c) | 442.067,28 € |
| Dívidas a Receber de Terceiros (c) | 825.680,80 € |

11 ACÇÕES INSPECTIVAS:

Identificação das acções inspectivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAT), com incidência na Gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da acção 19-08-2013 a 19-12-2013 Período abrangido 2010-2012 Entidade IGF N.º Proc. 2013/182/A3/1142

Data da acção _____ Período abrangido _____ Entidade _____ N.º Proc. _____

12 INDICADA QUOTA PARTE DA AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS FINANCEIROS RESULTANTES DE EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS PELAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS EM QUILTA E ENTIDADE PARTICIPE OU EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAIS

| DESIGNAÇÃO: | UN. EUROS |
|-------------|-----------|
| | |
| | |

13 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS:

A Entidade tem Serviços Municipalizados? S N

Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:

14 REGULAMENTOS / DIRECTIVAS INTERNAS:

A Entidade tem regulamentos / directivas internas relativos às áreas contabilística, financeira e de controlo interno? S N

Se respondeu sim, especifique quais e indique, no caso de recurso a empresas de consultadoria ou auditoria, as áreas de actuação abrangidas: Norma de Controlo Interno e Regulamento de Fundo de Maneio.

15 DOCUMENTOS DE GESTÃO:

| | Data de Aprovação pelo Órgão Executivo | Data de Aprovação pelo Órgão Deliberativo | Observações |
|------------------------------------|--|---|-------------|
| Grandes Opções do Plano | 22 de dezembro de 2017 | 29 de dezembro de 2017 | |
| Orçamento | 22 de dezembro de 2017 | 29 de dezembro de 2017 | |
| Documentos de Prestações de Contas | | | |

16 OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE:

Em _____ de _____ de 2019

O Responsável pelos Serviços (d)

Handwritten signatures and initials in blue ink.



8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a sequência definida no ponto 8.2 do POCAL, relativamente ao modelo estabelecido.

8.2.1 – Derrogação de Disposições Legais do POCAL:

Não foram derogadas as disposições previstas no POCAL, em termos de princípios contabilísticos, de critérios de valorimetria e quaisquer regras e métodos preconizados pelo referido Plano Oficial de Contas Autárquico.

8.2.2. - Contas não comparáveis com o Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício Anterior:

Balanço

Foi reduzido o montante da subscrição do capital social do FAM em 193.592,50€ na sequência da entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2018 que alterou o artigo 19º da Lei 53/2014.

8.2.3 – Os critérios de valorimetria utilizados:

As demonstrações financeiras do Município de Nisa foram preparadas na base da continuidade das operações da entidade, em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

Imobilizado

O ativo imobilizado evidenciado no Balanço encontra-se, por regra, valorizado ao custo de aquisição ou de produção.

No caso dos ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconhece, o Município considera o valor resultante de avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos diferentes bens.

No caso de impossibilidade de valorização, os bens assumem valor zero até serem objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Os bens de domínio público que se encontram sob a responsabilidade deste Município, são sempre que possível valorizados ao custo de aquisição ou de produção. Nos casos em que se desconhece o custo de aquisição ou de produção, aplicam-se os critérios definidos nos parágrafos anteriores.

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com o respetivo preço de aquisição ou de realização e as unidades de participação do Fundo de Apoio Municipal estão de acordo com a Lei 53/2014 de 25 agosto.

O Imobilizado em Curso encontra-se registado pelo valor dos autos e outros custos de construção apurados, incluindo mão-de-obra, máquinas e outros custos.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei. Desde 2017 que a taxa de amortização é mensal.

Os ativos corpóreos objeto de financiamento externo, quando concluídos são amortizados e o custo dessa amortização é compensado em proveitos e ganhos extraordinários pela amortização dos financiamentos (registadas em acréscimos e diferimentos – subsídios ao investimento). Em 2018 e 2019 todos os contratos de investimento passaram a estar registados na aplicação SIC, sendo os diferimentos dos proveitos, processados mensalmente.



O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação ou a deperecimento possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei. Os terrenos e os bens do património histórico, artístico e cultural não são amortizáveis.

Existências

As existências, compostas por mercadorias, matérias-primas, matérias subsidiárias e materiais de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, conforme o ponto 4.2 do POCAL, valor que inclui todas as despesas com as compras até à entrada em armazém. Como sistema de custeio das saídas é utilizado o custo médio ponderado.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo detidas pelo Município em 31/12/2019 incluem, nomeadamente, materiais e artigos utilizados na construção e manutenção da rede de águas e de saneamento, peças e acessórios destinados a utilizar na reparação de viaturas e equipamento e diverso material de economato, bem como diversos artigos de consumo corrente.

Dívidas de Terceiros

As dívidas de e a terceiros encontram-se expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Provisões

As dívidas de terceiros encontram-se ajustadas para um valor de realização através da constituição de provisões, conforme o disposto no ponto 2.7.1 do POCAL. Foi efetuado um reforço da provisão no valor de 110.264,70€ para cobrança duvidosa.

Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Os depósitos em Instituições Financeiras e as disponibilidades de caixa encontram-se expressos pelos montantes dos saldos de todas as contas de depósito e dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira. Os depósitos em Instituições Financeiras correspondem aos saldos registados nas contas correntes da autarquia com as instituições e no resumo diário de tesouraria. As divergências verificadas entre os saldos dessas contas e extratos bancários foram reconciliados, conforme mapa síntese de reconciliação bancária, que faz parte integrante da prestação de contas.

Especialização dos Exercícios

A entidade regista os seus custos e perdas, proveitos e ganhos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo estes imputados ao exercício em que foram incluídos ou gerados, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Subsídio para Investimento

As participações atribuídas ao Município, destinadas a financiar investimentos em ativos imobilizados foram, contabilizados conforme as orientações do SATAPOCAL (subsídios /transferências para investimentos das autarquias locais).

Os respetivos proveitos serão colocados a resultados do exercício sistematicamente pelo período em que os bens financiados são amortizados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.



8.2.4. - Conversão de saldos expressos em moeda estrangeira:

Não existem saldos expressos em moeda estrangeira. Permanece a diferença proveniente de saldos iniciais (2002), no saldo da gerência seguinte, devido à conversão em euros, entre o mapa de fluxos de caixa e o do Resumo Diário de Tesouraria, no valor de 0,14€, sendo 0,13€ na orçamental e 0,01€ em operações de tesouraria.

8.2.5. - Situações em que o resultado líquido foi afetado:

Por valorimetrias diferentes das previstas legalmente – Não aplicável

Por amortizações do ativo imobilizado superior às adequadas – Não aplicável

Por provisões extraordinárias – Não aplicável

8.2.6 – Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento»:

Não se registaram movimentos.

8.2.7 e 8.2.8 – Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, são evidenciados nos seguintes mapas:

8.2.7 a) Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado Bruto – Anexo I

8.2.7 b) Movimentos ocorridos nas Amortizações e Provisões – Anexo II



8.2.9. - Custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados durante o exercício:

Não aplicável.

8.2.10. - Reavaliação de bens:

Não aplicável.

8.2.11. - Mapa de reavaliação de bens:

Não aplicável.

8.2.12 – Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas.

| Clas. Pat. | Descrição | Valor (2019) | | Total 2019 | Total Geral |
|------------|--|---------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| | | Emp. | Adm.Directa | | |
| 442 | REMODELACÃO DO EDIFÍCIO DO HOSPITAL VELHO | 52 493,33 € | 5 955,70 € | 58 449,03 € | 112 292,75 € |
| | RECUPERAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA DE MONTALVÃO | 283 579,93 € | 183,47 € | 283 763,40 € | 318 659,86 € |
| | PISCINA DE TOLOSA | 3 567,00 € | 11 207,47 € | 14 774,47 € | 17 803,86 € |
| | PAVILHÃO "NINHO DE EMPRESAS" NA ZAE | - € | 7 694,15 € | 7 694,15 € | 7 694,15 € |
| | TOTAL 442 | 339 640,26 € | 25 040,79 € | 364 681,05 € | 456 450,62 € |
| 443 | PLATAFORMA + SUCESSO ESCOLAR | 21 044,80 € | - € | 21 044,80 € | 40 100,59 € |
| | TOTAL 443 | 21 044,80 € | - € | 21 044,80 € | 40 100,59 € |
| 445 | LARGO DO CALVÁRIO EM ALPALHÃO | 134 119,53 € | 9 312,63 € | 143 432,16 € | 153 720,52 € |
| | CAMINHO DE ACESSO AO CENTRO DE SAÚDE DE NISA | 44 367,72 € | 4 713,65 € | 49 081,37 € | 49 081,37 € |
| | CAMINHO DE ACESSO AO CEMITÉRIO DA FALAGUEIRA | - € | 2 406,95 € | 2 406,95 € | 2 406,95 € |
| | DEMOLIÇÃO DOS EDIFÍCIOS JUNTO ÀS PORTAS DE MONTALVÃO (Inclusão no Largo das Portas de Montalvão) | - € | 5 922,87 € | 5 922,87 € | 5 922,87 € |
| | TOTAL 445 | 178 487,25 € | 22 356,10 € | 200 843,35 € | 211 131,71 € |

Imobilizações reversíveis

Não existem imobilizações reversíveis.

Custos financeiros capitalizados nestas imobilizações corpóreas e em curso

Não existem.

8.2.13 – Os bens utilizados em regime de locação financeira:

No imobilizado do Município não existem bens em regime de locação financeira

8.2.14. - Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar:

Os bens inventariados a custo zero correspondem a elementos do imobilizado corpóreo e alguns de data inferior ao balanço inicial, não tendo sido possível valorizá-los quer pelo preço de aquisição quer por avaliação e encontram-se indicados no Anexo IV.

(Handwritten signatures and initials in blue ink)



8.2.15 – Bens de domínio público não amortizáveis:

Terrenos e recursos naturais, espaços verdes, bem como os bens do património histórico, artístico e cultural não são objeto de amortização.

Em conformidade com o disposto na alínea g), nº 1, do artigo 36º da Portaria nº 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de Abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), os terrenos não estão sujeitos ao regime de amortizações, pelo que não são objeto de amortização.



8.2.16 – Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício

A autarquia detém participações de capital nas entidades, conforme Anexo V e participação em entidades não societárias, Anexo VI.

8.2.17. Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria:

A autarquia subscreveu unidades de participação, por força da Lei 53/2014 de 25 agosto, conforme Anexo VII.

8.2.18. Outras aplicações Financeiras:

Não aplicável.

8.2.19. Diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do ativo circulante calculado de acordo com os critérios valorimétricos adotados e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado:

Não aplicável.

8.2.20. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição ao ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado:

Não aplicável.

8.2.21. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuação de valor:

Não aplicável.



8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

| Conta | Tipo | Saldo inicial 01/01/2019 | Aumentos / Diminuições | Saldo final 31/12/2019 |
|---------------------|--|--------------------------|------------------------|------------------------|
| 21 811 | Clientes de cobrança duvidosa por entidades | 151 226,82 | | 151 226,82 |
| 21 812 070 108 | Mercadorias (Água) | 199 397,28 | 52 496,44 | 251 893,72 |
| 2 181 207 020 701 | Refeições | 7 194,70 | 17 630,17 | 24 824,87 |
| 218 120 702 080 401 | Piscina Coberta - Regime Aulas | 967,03 | 1 289,36 | 2 256,39 |
| 218 120 702 080 499 | Outros (Pavilhão) | 807,98 | 2 786,31 | 3 594,29 |
| 218 120 702 090 102 | Conservação saneamento - águas residuais | 41 388,22 | 16 874,49 | 58 262,71 |
| 2 181 207 020 902 | Resíduos sólidos | 42 018,69 | 17 889,14 | 59 907,83 |
| 218 120 702 090 499 | Trabalhos particulares - outros | 429,89 | | 429,89 |
| 218 120 702 090 601 | Mercado Lojas | 1 531,98 | 1 296,52 | 2 828,50 |
| 21 812 070 301 | Renda (Cevadeira/ZAE) | 4 947,96 | 812,12 | 5 760,08 |
| 21 812 070 302 | Renda / Termas | 4 608,00 | 694,75 | 5 302,75 |
| 2 181 207 020 199 | Aluguer de espaços | 250,00 | | 250,00 |
| 2 181 207 039 902 | Maquinaria e equipamento/Aluguer de Viaturas | 1 504,71 | -1 504,71 | 0,00 |
| | Total | 456 273,26 | 110 264,59 | 566 537,85 |

8.2.23 – Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local:

Não aplicável.

8.2.24. Obrigações e outros títulos emitidos pela autarquia:

Não aplicável.

8.2.25. Dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos:

Não aplicável.



8.2.26 – Mapa com descrição desagregada referente às garantias, cauções prestadas e recibos para cobrança:

Durante o ano de 2019 foram regularizadas algumas situações de garantias. Das regularizações efetuadas e dos movimentos anuais resulta o mapa Anexo VIII



8.2.27. Provisões acumuladas e provisões do exercício:

| Contas | | Saldo inicial | Aumento | Redução / Utilização | Saldo Final |
|--------|--|---------------|------------|----------------------|-------------|
| 19 | Provisões para Aplicações de Tesouraria | 0,00 | | | 0,00 |
| 2911 | Provisões - cobrança duvidosa de Clientes | 433 014,92 | 133 522,93 | | 566 537,85 |
| | | | | | 0,00 |
| 2912 | Provisões - cobrança duvidosa Outros Devedores | 242 374,11 | | | 242 374,11 |
| 2921 | Processos judiciais em curso | 138 583,22 | | 19 999,99 | 118 583,23 |
| 2928 | Outros riscos e encargos | 0,00 | | | 0,00 |
| 392 | Mercadorias | 2 225,60 | 743,80 | | 2 969,40 |
| 396 | Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 138 157,96 | | 17 696,07 | 120 461,89 |
| 491 | Partes de capital | 0,00 | | | 0,00 |

Nos processos judiciais em curso, registaram-se 3 novos processos, Proc.º 120/19 no valor de 5.000,01€ e sobre o qual se constituiu provisão no mesmo valor, Proc.º 121/19 no valor de 5.000,01€ e Proc.º 122/19 no valor de 5.000,01€, aguardando mais evolução do processo antes de constituição de provisões. Também se reduziram as provisões existentes no Proc.º 314/14 e Proc.º 1040/18 no total de 35.000,02€, por terem terminado.

8.2.28 – Movimentos ocorridos no exercício nas contas da classe 5 «Fundo Patrimonial»:

Durante o exercício ocorreram os seguintes movimentos nas contas da classe 5 – Fundo patrimonial, conforme mapa em baixo:

| Conta | Saldo Inicial | Movimento Exercício | | Saldo Final |
|-------------------------------------|---------------|---------------------|------------|---------------|
| | | Débito | Crédito | |
| 51 - Património | 29 511 525,15 | | | 29 511 525,15 |
| 571 – Reservas Legais | 116 135,39 | | | 116 135,39 |
| 574 – Reservas Livres | 1 491 262,12 | | | 1 491 262,12 |
| 575 - Subsídios | 1 552 722,20 | | | 1 552 722,20 |
| 576 – Doações | 802 238,66 | | | 802 238,66 |
| Transição Resultados positivos 2018 | | | 522 477,65 | |
| 59 – Resultados Transitados | -1 665 035,05 | | 416 182,49 | -1 248 852,56 |

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.



8.2.29 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas:

| Movim entos | Mercadorias | Matérias-primas, |
|----------------------------|-------------------|------------------------------|
| | | Subsidiárias e de Consumo |
| Existências iniciais | 14 421,19 | 353 486,36 |
| Compras | 347 879,44 | 151 963,35 |
| Existências finais | 6 163,78 | 386 034,07 |
| Custos no exercício | 356 136,85 | 119 415,64 |

8.2.30 Demonstração da Variação da Produção:

Não aplicável.

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros:

| Demonstração de Resultados Financeiros | | | | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|--|
| CUSTOS E PERDAS | Exercício | | | |
| | 2019 | 2018 | 2017 | |
| 681. Juros Suportados | 5.668,96 | 11.071,30 | 8.901,08 | |
| 683. Amortizações Investimentos em Imóveis | 6.254,40 | 6.254,40 | 6.254,40 | |
| 684. Provisões para Aplicações Financeiras | | | 16,25 | |
| 688. Outros Custos e Perdas Financeiros | 2.492,20 | 3.116,23 | 2.182,13 | |
| Resultados Financeiros | 389.163,4 | 380.109,51 | 382.354,08 | |
| Total... | 403.578,96 | 400.551,44 | 399.707,94 | |
| PROVEITOS E GANHOS | Exercício | | | |
| | 2019 | 2018 | 2017 | |
| 781. Juros Obtidos | | | 68,73 | |
| 783. Rendimentos de Imóveis | 403.578,96 | 400.551,441 | 399.639,21 | |
| 784. Rendimentos Participações de Capital | | | | |
| 788. Outros proveitos e ganhos financeiros | | | | |
| Total... | 403.578,96 | 400.551,44 | 399.707,94 | |

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.



8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários:

| Demonstração de Resultados Extraordinários | | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| CUSTOS E PERDAS | Exercício | | |
| | 2019 | 2018 | 2017 |
| 691. Transferências de capital concedidas | 30.000 | 23.762,90 | 37.000,00 |
| 692. Dívidas Incobráveis | | | |
| 693. Perdas em existências | 1066,08 | 480,07 | 120.805,75 |
| 694. Perdas em imobilizações | 459.257,79 | 26.784,57 | 262.904,77 |
| 695. Multas e penalidades | 612 | | |
| 696. Aumentos de amortizações e de provisões | | 91.874,31 | 0,01 |
| 697. Correções Relativas a Exercic. Anteriores | 234.264,13 | 66.355,92 | 12.531,13 |
| 698. Outros Custos e Perdas Extraordinários | 1.201,82 | 391 | 81.343,27 |
| Resultados Extraordinários | 320.149,80 | 888.738,03 | 899.942,63 |
| Total... | 1.046.551,62 | 1.098.386,80 | 1.414.527,56 |
| | | | |
| PROVEITOS E GANHOS | Exercício | | |
| | 2019 | 2018 | 2017 |
| 791. Restituições de impostos | | | |
| 793. Ganhos em existências | 0 | 78.755,81 | |
| 794. Ganhos em Imobilizações | 34.840,07 | 7.243,61 | |
| 795. Benefícios de Penalizações Contratuais | 5.742,67 | 4.928,14 | 4.553,98 |
| 796. Reduções Amortizações Provisões | 52.696,09 | 78.181,37 | 298.764,93 |
| 797. Correções Relativas Exercícios Anteriores | 191.809,87 | 220.087,81 | 256.642,47 |
| 798. Outros Proveitos e Ganhos Extraordinário | 761.462,92 | 709.190,06 | 855.264,52 |
| 799. Anulações | | | -698,34 |
| Total... | 1.046.551,62 | 1.098.386,80 | 1.414.527,56 |